

Aviso nº 774 - GP/TCU

Brasília, 12 de agosto de 2025.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 1700/2025 (acompanhado dos respectivos Relatório e Votos), proferido na Sessão Ordinária de 30/7/2025, ao apreciar os Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 638/2025 (levado ao conhecimento dessa Comissão por meio do Aviso nº 328-GP/TCU, de 8/4/2025), ambos prolatados pelo Plenário deste Tribunal no âmbito do TC-022.919/2023-6.

O mencionado processo trata de Solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 147/2023/CFFC-P, de 2/8/2023, relativo ao Requerimento 269/2023, de autoria do Deputado Federal Kim Kataguiri.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Vital do Rêgo
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal BACELAR
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

ACÓRDÃO Nº 1700/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 022.919/2023-6.
- 1.1. Apenso: 037.574/2023-0
2. Grupo II – Classe de Assunto: I – Embargos de Declaração (Solicitação do Congresso Nacional).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Recorrentes: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (00.487.140/0001-36); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (DF, GO) (06.290.767/0001-89).
4. Órgãos/Entidades: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Ministério do Trabalho e Emprego.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).
8. Representação legal: Alexandre Amaral de Lima Leal (21.362/OAB-DF), Gian Lucca Matias (71393/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Camilo Amin Jreige Neto (68.364/OAB-DF), representando Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (DF, GO).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração postos pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) e pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (Crefito-11) contra o Acórdão 638/2025-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (Crefito-11), para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, com efeitos infringentes, tornando insubsistentes os itens 9.2.1, 9.3 e 9.5 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário;

9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, com efeitos infringentes, conferindo a seguinte redação ao item 9.4 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário:

9.4. dar ciência ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, de que aquisição, manutenção ou alienação de imóveis, bem como a criação de sedes ou representações do Conselho Federal nos estados da Federação deve atender ao interesse público, aos interesses profissionais, ao princípio da eficiência administrativa e a função social da propriedade, bem como respeitar as delimitações de competência e demais aspectos correlatos insculpidos nas normas de regência do Sistema Coffito/Crefito, sob pena de violar o princípio da unicidade do sistema de fiscalização profissional previsto no § 1º do art. 1º da Lei 6.316/1975;

9.3. esclarecer ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional que, no que tange ao cumprimento do item 9.2.2.2 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, deverá ser observada a decisão prolatada pelo juízo da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF, no âmbito da ação popular 1023400-06.2024.4.01.3400; e

9.4. informar o teor da presente deliberação aos embargantes.

10. Ata nº 29/2025 – Plenário.
11. Data da Sessão: 30/7/2025 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1700-29/25-P.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Bruno Dantas, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral

VOTO REVISOR

Tratam os autos de embargos de declaração opostos pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) e pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (Crefito-11), em face do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, relatado pelo E. Ministro Aroldo Cedraz, que emitiu determinações e ciências aos embargantes.

Originalmente, cuida-se de solicitação do Congresso Nacional destinada a apurar possíveis irregularidades na gestão do Coffito, em razão da qual foi realizada fiscalização, na modalidade inspeção, que identificou, entre outros achados, a aquisição e a manutenção injustificada de imóveis em Brasília/DF e São Paulo/SP, com indícios de superfaturamento, dispensa indevida e fraude à licitação.

Diante da situação encontrada, além de autorizar a autuação de processos apartados para apurar as irregularidades encontradas, o Tribunal expediu a seguinte determinação, por meio do acórdão ora embargado:

9.2.2. determinar ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com fundamento no inciso II do art. 250 do RI/TCU, c/c os arts. 4º a 7º da Resolução 315/2020, que:

9.2.2.2. elabore e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, planos de ação para promover o desfazimento da subsede de São Paulo/SP, bem como a alienação do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF, detalhando, por imóvel, as ações a serem tomadas, os responsáveis pelas ações e os prazos para implementação;

Na atual fase processual, acolhendo parcialmente os argumentos recursais, o E. Ministro Aroldo Cedraz entende que a determinação para desfazimento e alienação dos imóveis seria medida extrema, que adentraria, de forma indevida, na esfera discricionária dos gestores dos conselhos profissionais, os quais possuem maior autonomia administrativa e financeira.

Argumenta, ainda, que a manutenção dos imóveis pode ser legítima se justificada com base no interesse público, eficiência administrativa e função social da propriedade. Em razão disso, propõe acolher os embargos, a fim de conferir a seguinte redação para a aludida determinação:

9.2.2.2. elabore e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, justificativa, à luz do interesse público, do princípio da eficiência administrativa, da função social da propriedade e de outros fundamentos que entender pertinentes, para a manutenção ou desfazimento da subsede de São Paulo/SP, bem como para a alienação ou manutenção do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF;

Feita essa breve introdução, passo à minha divergência.

Embora concorde com as demais conclusões do E. Relator, Ministro Aroldo Cedraz, no sentido de tornar insubsistentes os itens 9.2.1, 9.3 e 9.5 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, bem como de dar nova redação ao item 9.4 da decisão recorrida, divirjo pontualmente quanto à flexibilização da determinação relativa à alienação e ao desfazimento de imóveis (item 9.2.2.2 do acórdão embargado), pelos motivos que aduzo a seguir.

II

Preliminarmente, rememoro a gravidade das irregularidades encontradas com o objetivo de contextualizar a situação em julgamento.

A análise da gestão patrimonial do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional revela cenário inaceitável de desperdício de recursos, má gestão e afronta direta aos princípios constitucionais da administração pública.

Desde 2015, o Coffito mantém, além da antiga sede no Setor de Rádio e TV Sul (na capital federal), dois imóveis: um deles em Brasília/DF, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), e outro em São Paulo/SP (subsede). De acordo com os documentos juntados aos autos, ambos **os imóveis ficaram sem utilização efetiva por ao menos cerca de dez anos**, consumindo vultosas quantias em reformas, segurança e manutenção.

Estima-se que, apenas com essas despesas, foram despendidos mais de **R\$ 13,3 milhões**, sem nenhum retorno à finalidade institucional da entidade.

O caso do imóvel localizado no SIA é particularmente alarmante. Adquirido em 2015 por **R\$ 22 milhões**, com a exigência restritiva de ser novo, com no máximo de três anos de habite-se, o prédio permaneceu sem uso por mais de nove anos e, em abril deste ano, ainda passava por reformas na fachada e na instalação de auditório, conforme verificado pela fiscalização.

A situação ilustra o descompasso entre o requisito adotado na aquisição do imóvel e a condução de sua gestão patrimonial. Ademais, há indícios de **fraude à licitação e superfaturamento**, conforme inquérito policial (peça 185).

No que tange ao imóvel em São Paulo, igualmente preocupante é o quadro de abandono com que se deparou a equipe de inspeção. O prédio encontra-se sem condições de uso (peça 296, p. 134-153), ainda que tenha passado por reparos paliativos recentes. A destinação segue indefinida há mais de dez anos, sem planos concretos de utilização.

O uso de recursos dessa magnitude para manter ativos sem retorno à sociedade revela não apenas descaso e desperdício, mas também a ausência de planejamento estratégico e financeiro por parte da entidade.

Trata-se de **gestão patrimonial antieconômica e desconectada da legalidade** e do interesse público, configurando situação de alta materialidade e gravidade que exige pronta e enérgica atuação desta Corte.

Não tendo sido apresentados argumentos capazes de afastar essas conclusões, tampouco de justificar a manutenção desses imóveis, não há motivos para reformar a decisão quanto a esse ponto.

III

O segundo ponto objeto de minha divergência diz respeito à ausência da alegada omissão ou contradição na decisão embargada, requisito para a oposição dos embargos.

O Acórdão 638/2025-TCU-Plenário foi fundamentado em inspeção realizada pela unidade técnica, cujas conclusões foram detidamente analisadas e acolhidas integralmente por esta Corte no julgamento da matéria.

O voto condutor apreciou os principais achados da fiscalização, entre os quais se destaca a gestão antieconômica de imóveis, razão pela qual foram emitidos comandos compatíveis com o conjunto probatório constante dos autos, observando os princípios da eficiência administrativa, do interesse público e da legalidade.

Inexiste, portanto, vício a ser sanado que enseje o acolhimento dos embargos quanto ao item 9.2.2.2 do *decisum*. Os embargos opostos veiculam, em verdade, pretensão de **rediscussão do mérito** ante mero inconformismo com a decisão adotada por este Tribunal, o que é incabível na estreita via desta espécie recursal.

IV

Adicionalmente, relevante mencionar que Conselho Federal teve mais de uma oportunidade para apresentar as justificativas para eventual manutenção simultânea de dois imóveis em Brasília/DF e outro em São Paulo/SP. No entanto, não o fez.

A primeira oportunidade ocorreu quando o relatório preliminar de inspeção – que já contava com a proposta de determinação para desfazimento dos referidos bens – foi submetido a comentários dos gestores.

Na ocasião, o Conselho teve a chance de se manifestar sobre o tema, entretanto, **não apresentou estudos técnicos**, planos de uso, estimativas de retorno institucional ou outros elementos concretos **que pudessem justificar a permanência dos imóveis** no patrimônio da entidade.

Limitou-se a informar que as atividades da sede foram transferidas para o imóvel do SIA, mas não comentou sobre a proposta de alienação do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul (antiga sede).

Sobre o desfazimento do imóvel em São Paulo, a nova gestão estaria elaborando estudos sobre a destinação desse imóvel, tendo sido destacado que o juízo da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF, em caráter liminar, vedou a respectiva alienação, até ulterior deliberação daquele juízo, no âmbito da ação popular (processo 1023400-06.2024.4.01.3400) - peça 303, p. 17 e 27-28.

Por esse motivo, deve ser emitido esclarecimento no sentido de observância da referida decisão judicial, no cumprimento do item 9.2.2.2 da deliberação recorrida.

Na segunda oportunidade, com a oposição dos presentes embargos de declaração, também não foram trazidos elementos que pudessem afastar as conclusões técnicas anteriormente assentadas.

A argumentação manteve-se genérica e desvinculada de dados objetivos, revelando, mais uma vez, a inexistência de justificativa plausível para a manutenção de imóveis que não cumprem nenhuma função institucional relevante.

A ausência reiterada de fundamentos concretos e tecnicamente embasados apenas reforça a conclusão de que os imóveis em questão devem ser alienados, conforme previsto na redação original do item 9.2.2.2 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário.

Por essas razões, alinho-me ao voto apresentado pelo E. Relator, exceto quanto à alteração do item 9.2.2.2 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, o qual deve ser integralmente mantido nos termos do acórdão embargado, emitindo-se esclarecimento quanto à necessidade de observância da decisão judicial liminar que trata do imóvel em São Paulo/SP.

Ante o exposto, voto no sentido de que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 30 de julho de 2025.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Revisor

VOTO COMPLEMENTAR

Tratam os autos de embargos de declaração opostos pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) e pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (Crefito-11), em face do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, de minha relatoria.

2. Voltando os autos à pauta de julgamento após pedido de vista, o E. Ministro Walton Alencar Rodrigues se alinha com a proposta que apresentei, exceto quanto à alteração do item 9.2.2.2 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, o qual deve ser integralmente mantido nos termos do acórdão embargado, emitindo-se esclarecimento quanto à necessidade de observância da decisão judicial liminar que trata do imóvel em São Paulo/SP.

3. O item retromencionado diz respeito à determinação feita por esta Corte para que fossem apresentados pelo Coffito, no prazo de 90 dias, planos de ação para promover o desfazimento da subsede de São Paulo/SP, bem como a alienação do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF, detalhando, por imóvel, as ações a serem tomadas, os responsáveis pelas ações e os prazos para implementação.

4. As considerações trazidas pelo eminente revisor são relevantes, sobretudo aquelas que dizem respeito à comprovada má gestão patrimonial do Coffito em relação àqueles imóveis, que ficaram sem utilização efetiva por ao menos cerca de dez anos, tendo sido com eles despendidos mais de R\$ 13,3 milhões em diversas despesas, sem retorno atinente à finalidade institucional do Coffito.

5. A esse respeito, devo rememorar que, por intermédio dos itens 9.2.3 e 9.2.4 do acórdão recorrido, o TCU determinou a instauração de processos apartados para: (i) apurar fatos, quantificar danos e identificar responsáveis referentes às despesas com a manutenção dos imóveis localizados no SIA (Brasília/DF) e em São Paulo; e (ii) apurar os indícios de irregularidades na aquisição de um imóvel no SIA, com possível superfaturamento e fraude à licitação.

6. Penso que essas medidas tratam adequadamente a má gestão patrimonial da anterior gestão do Coffito em relação aos imóveis em questão. Entendi, inicialmente, que a determinação de alienação/desfazimento daqueles ativos seria medida que adentraria na esfera discricionária da gestão do Conselho Federal. Todavia, não tenho nenhuma dificuldade de acolher a proposta do eminente revisor, caso o Colegiado assim entenda.

TCU, Sala das Sessões, em 30 de julho de 2025.

AROLDO CEDRAZ
Relator

VOTO

Tratam os autos de Embargos de Declaração, em Solicitação do Congresso Nacional, opostos pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) e pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (Crefito-11) contra o Acórdão 638/2025-TCU-Plenário.

2. Reproduzo, a seguir, os dispositivos específicos que foram objeto dos presentes embargos:
 - 9.2.1. **determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego**, com fundamento no inciso II do art. 250 do RI/TCU, c/c os arts. 4º a 7º da Resolução 315/2020, que adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as **medidas necessárias para baixar as instruções reguladoras das eleições dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, conforme exigido pelo § 3º do art. 2º da Lei 6.316/1975**, obedecendo normas gerais e princípios do processo eleitoral tais como: prazos de desincompatibilização e vedação às reeleições ilimitadas, em observância aos princípios constitucionais democrático e republicano bem como da impessoalidade e moralidade na administração pública;
[...]
 - 9.2.2. **determinar ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, com fundamento no inciso II do art. 250 do RI/TCU, c/c os arts. 4º a 7º da Resolução 315/2020, que:
[...]
 - 9.2.2.2. **elabore e apresente a este Tribunal**, no prazo de 90 (noventa) dias, **planos de ação para promover o desfazimento da subsede de São Paulo/SP, bem como a alienação do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF**, detalhando, por imóvel, as ações a serem tomadas, os responsáveis pelas ações e os prazos para implementação;
[...]
 - 9.3. **dar ciência ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e aos conselhos regionais** de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, de que não há fundamentação legal nem regulamentar expedida pelo Ministro do Trabalho para autorizar a reeleição ou recondução de membros dessas entidades, sendo os respectivos mandatos limitados a um período de 4 (quatro) anos, conforme disciplinado pelo legislador federal, nos termos do § 1º do art. 2º, c/c o art. 3º, todos da Lei nº 6.316/1975;
 - 9.4. **dar ciência ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, **de que a criação de subsede do Conselho Federal nos estados da Federação viola o princípio da unicidade do sistema de fiscalização profissional previsto no § 1º do art. 1º da Lei 6.316/1975**;
 - 9.5. dar ciência à Casa Civil, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, sobre a **necessidade de regulamentação das eleições do Conselho Federal e dos conselhos regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, conforme disciplinado pelo legislador federal, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei 6.316/1975, considerando a determinação do item 9.2 do Acórdão 1.925/2019-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 1.237/2022-TCU-Plenário.
3. O Coffito, em síntese, alega omissão e contradição em relação aos subitens 9.2.2.2 e 9.2.4 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, que tratam da criação de subsedes do Coffito, que, no entender do embargante, seria ação legítima caso a gestão daqueles imóveis justifique a manutenção desses ativos e atenda aos princípios da eficiência, ao interesse público e à função social da propriedade.
4. Preliminarmente, o Crefito-11 alega a nulidade absoluta do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, considerando que houve violação à ampla defesa e contraditório daquele Conselho Regional, que teve direito subjetivo atingido em razão de determinações do Acórdão (item 9.3), muito embora jamais tenha sido citado para figurar como parte.
5. Não merece prosperar o argumento de nulidade absoluta do Acórdão. Ainda que a ciência expedida possa trazer consequências fáticas e jurídicas ao Crefito-11, esse tipo de encaminhamento,

dirigido de forma recorrente por esta Corte a seus jurisdicionados, prescinde da prévia oferta do exercício da ampla defesa e contraditório, o que não se confunde com a possibilidade do Crefito-11 de se legitimar como parte para interpor recurso.

6. A propósito, reconheço que o item 9.3 da decisão recorrida, de forma direta, além dos itens 9.2.1 e 9.5, de forma indireta, têm o condão de representar lesão a direito subjetivo próprio do Crefito-11, na medida em que podem, de fato, obstruir “[...] *um direito constitucional e eleitoral de gestores que, primando pela boa-gestão e continuidade do serviço público, podem valer-se de uma única reeleição*”.

7. Assim sendo, reconheço o Crefito-11 como parte, de modo que, atendidos todos os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, conheço de ambos os embargos de declaração.

8. Passo a examinar os argumentos de mérito do Conselho Regional.

II – Dos Embargos do Crefito-11

9. No mérito, o Crefito-11 alega que o Acórdão recorrido é contraditório, pois:

9.1. a Unidade Técnica e o Plenário do TCU valeram-se de critérios constitucionais para digressar sobre as reeleições, mas não poderiam concluir no sentido de que não há previsão para uma reeleição, considerando que esta também é uma previsão constitucional (art. 14, § 5º da Constituição Federal);

9.2. a fundamentação e a conclusão do *decisum* embargado estão em contrariedade com os Acórdãos 1.237/2022-TCU e 2.603/2024-TCU, ambos proferidos na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada aos Conselhos Profissionais (TC 036.608/2016-5).

10. Continua sua argumentação alegando omissão do acórdão recorrido, pois não teria sido considerada a manifestação do Ministério do Trabalho, contrária ao exercício de qualquer controle pela administração centralizada, tampouco observada a revogação expressa e tácita de vinculação ministerial em relação àquela Pasta, feita pela Lei nº 9.098/1995.

11. Prossegue defendendo obscuridade na decisão embargada, pois haveria decisão do STJ já transitada em julgado, reconhecendo ser juridicamente impossível a regulamentação das eleições do Sistema Coffito/Crefito pelo Ministério do Trabalho.

12. Em relação à primeira contradição, o Crefito-11 alega que houve uma seletividade indevida de previsões constitucionais acerca da temática da eleição, fazendo com que o TCU não aplicasse todas aquelas previstas na Constituição sobre o assunto, em especial a previsão constitucional de uma única reeleição aos cargos executivos, o que está previsto no art. 14, § 5º da Constituição Federal de 1988.

13. Assiste razão ao Crefito-11 neste ponto.

14. Ainda que o art. 3º da Lei nº 6.316/1975 faça referência a um mandato de quatro anos para membros dos conselhos profissionais, sem menção explícita à possibilidade de reeleição, a consideração de outros princípios e disposições constitucionais poderia, como é possível para outros cargos executivos, admitir a possibilidade de uma única reeleição para os membros da direção dos conselhos profissionais, ainda que o dispositivo constitucional suscitado (art. 14, § 5º da CF/1988) se refira a uma atuação política, diferente daquela da direção dos conselhos profissionais.

15. Embora o cerne da crítica desta Corte acerca do tema seja a atual possibilidade de eleições ilimitadas para a direção dos Conselhos Profissionais, expressa no subitem 9.2.1 do Acórdão recorrido, o fato é que o item 9.3 de sua parte dispositiva – a qual dirige ciência aos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – apresenta uma visão por demais restritiva, qual seja, a de que seria ilegal qualquer possibilidade de reeleição para a direção daquelas entidades, o que não

me parece, à luz de uma interpretação mais extensiva da lei e da observância de diversos princípios constitucionais, uma posição razoável.

16. Em relação à segunda contradição, que consistiria em fundamentação contrária ao que restou decidido nos recentes Acórdãos 1.237/2022-TCU e 2.603/2024-TCU, ambos proferidos na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada aos Conselhos Profissionais (TC 036.608/2016-5), penso não assistir razão ao Crefito-11.

17. Ainda que não seja cabível embargos por eventual contradição entre o Acórdão Embargado e o ordenamento jurídico, a doutrina, a jurisprudência ou mesmo outras deliberações do TCU ou de outros tribunais (Acórdão 10.708/2023-2ª Câmara, de minha relatoria; Acórdão 1.426/2024-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler), penso que a consideração desses argumentos, os quais têm relação com os demais argumentos apresentados, é relevante para esclarecimento da matéria.

18. Segundo o Crefito-11, a vinculação ministerial dos Conselhos Profissionais ao Ministério do Trabalho vem se alterando ao longo do tempo, tendo o Decreto nº 2.299/1986 revogado expressamente aquela vinculação, sendo posterior, inclusive, à previsão do art. 3º da Lei 6.316/75, que fundamentou o entendimento da necessidade de regulamentação do Ministério do Trabalho em relação às eleições.

19. Na verdade, o embargante busca apresentar uma contradição inexistente. Não mais se discute a necessidade de uma vinculação ministerial nos moldes tradicionais do Decreto-Lei 200/1967, vinculação essa que já foi afastada em algumas deliberações desta Corte em relação aos conselhos profissionais, como os supracitados Acórdãos 1.237/2022-Plenário e 2.603/2024-Plenário, entre outros.

20. Todavia, como reconhece o próprio embargante, isso não quer dizer ausência de supervisão. Segundo o Voto Condutor do Acórdão 2.603/2024-Plenário, “[...] *estar fora da Administração não é razão suficiente para afastar a necessidade de supervisão pelo Poder Público*”, cabendo ao Poder Executivo delimitar a sua forma e conteúdo, o que já foi, inclusive, objeto de determinação à Casa Civil por meio do item 9.2 do Acórdão 1.237/2022-TCU-Plenário:

9.2. determinar à Casa Civil que informe a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências que adotará para que seja exercida a necessária supervisão dos conselhos de fiscalização profissional, com indicação da sua forma e conteúdo, considerando a natureza autárquica dessas entidades, que realizam atividades típicas de Estado por delegação da União.

21. Portanto, a segunda contradição apontada não existe.

22. Todavia, é preciso examinar se a determinação de regulamentação das eleições do Sistema Coffito/Crefito pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ora combatida, é parte integrante da necessária atividade de supervisão ministerial, em razão dos demais argumentos trazidos pelo Crefito-11.

23. O embargante alega que o Acórdão recorrido omitiu, de forma surpreendente, menção à Lei 9.098/1995, que retirou “*diretamente as competências do Ministério do Trabalho perante o sistema COFFITO/CREFITO*”.

24. Na verdade, se equivoca a embargante. A referida lei revogou, tão somente, dois dispositivos afetos ao “Capítulo IV – Das infrações e penalidades” (§§ 8º e 10 do art. 17 da Lei 6.316/1975), que em nada se relacionam com a regulamentação das eleições do Sistema Coffito/Crefito.

25. A Lei 9.098/1995 não faz qualquer menção à revogação do § 3º do art. 2 da Lei 6.316/1975, que trata especificamente da competência do Ministro do Trabalho para baixar as instruções reguladoras das eleições nos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

26. Já em relação à omissão quanto ao que foi defendido na Nota Informativa nº 3482/2024/MTE, penso que assiste razão ao embargante, quando examinada a questão frente ao entendimento jurisprudencial desta Corte, bem como de outros tribunais superiores.

27. A referida Nota Técnica história a criação dos Conselhos Profissionais e, com fundamento em decisões do STF, de sua própria Consultoria Jurídica, de diversos pareceres da AGU e do Ministério do Planejamento, entende que aquelas entidades são autarquias *sui generis* “constituídas com a finalidade de zelar pelo interesse da coletividade, efetuando, para tanto, nos respectivos campos profissionais, a supervisão qualitativa técnica e ética do exercício das profissões liberais, portanto gozam de ampla autonomia, **não sofrendo ingerência estatal em relação à estrutura, à administração e à eleição de seus dirigentes e, por fim, não se submetem à supervisão ministerial**” (grifo nosso).

28. O Ministério do Trabalho endossa o entendimento de que “**essas entidades não estão submetidas a qualquer controle por parte da administração centralizada, apenas ao controle externo, mas sem serem vinculadas ou subordinadas a qualquer órgão público. Ou seja, os conselhos de fiscalização profissional não admitem qualquer influência do Estado na sua administração**” (grifo nosso).

29. Penso que esse entendimento, de fato, se coaduna com julgados da Suprema Corte acerca do tema, que afirma que os Conselhos Profissionais possuem autonomia administrativa e financeira, bem como não se sujeitam à intervenção direta do Poder Público.

30. Também está em linha com a jurisprudência desta Corte. Nos termos do voto condutor do Acórdão 2.603/2024-Plenário (Rel. Min. Vital do Rego), a supervisão do Poder Público independe de estar o prestador do serviço público inserido ou não na estrutura orgânica do Estado [e que ela] se concentra na prestação do serviço, sendo de ordem finalística, sem, entretanto, implicar intromissão que possa ferir a autonomia administrativa.

31. A forma e conteúdo dessa supervisão cabe ao Ministério competente, que em termos eleitorais, já defendeu ser o próprio Coffito o órgão mais capacitado e dotado de poderes legais para regulamentar as eleições no Sistema Coffito/Crefito, a teor do Parecer PARECER/CONJUR/MTE/Nº72/2007, que resultou na edição da Portaria nº 21, de 28/2/2007:

[...] 69. Registre-se, ainda, que o COFFITO, em face das atribuições institucionais exercidas, é quem, no plano fático, tem melhores condições de disciplinar o processo eleitoral para a composição dos seus quadros e dos Conselhos Regionais.

70. De fato, neste Ministério não há nem mesmo órgão específico para tratar de tal temática e, conforme já se asseverou em nota pretérita desta Consultoria Jurídica.

71. Ademais, a tarefa de disciplinamento de eleições de conselhos de regulação profissional nem mesmo se encarta entre as atribuições cominadas a esta Pasta pela Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. 72. Assim, do ponto de vista da eficiência administrativa, há que se concluir que não há como subsistir o deferimento de tal atribuição a este Ministério. (PARECER/CONJUR/MTE/Nº72/2007, p. 11).

32. Ademais, o Crefito-11 trouxe informação relevante que reforça esse entendimento.

33. O embargante apresenta decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos autos do Mandando de Injunção nº 203/DF, ajuizado pelo próprio Coffito, em face do Ministério do Trabalho para que o Ministro de Estado fosse suscitado a editar ato que regulamentasse o pleito do Sistema Coffito/Crefito à época, o que é semelhante ao que foi determinado pelo subitem 9.2.1 do acórdão ora embargado. Segundo o embargante, aquela decisão, transitada em julgado em 2008, reconhece ser juridicamente impossível a regulamentação das eleições do Sistema Coffito/Crefito pelo Ministério do Trabalho.

34. De fato, naquela oportunidade, o STJ assentou que a competência para edição de ato normativo regulamentando as eleições do Sistema Coffito/Crefito é do próprio Coffito e não do Ministério do Trabalho. Transcrevo, por esclarecedora, a ementa daquela decisão, que explicita as razões desse entendimento:

MANDADO DE INJUNÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. PLEITO ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. CARÊNCIA DE AÇÃO. MANIFESTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 3026 e MS 26150/DF. AUSÊNCIA DE SUPERVISÃO MINISTERIAL. REVOGAÇÃO DO § 1º DO ART. 1º DO DECRETO-LEI 968/69. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CARÊNCIA DE AÇÃO.

1. Mandado de Injunção apontando a frustração do exercício do direito à cidadania ante a impossibilidade da realização do pleito eleitoral do Conselho profissional impetrante à falta de norma regulamentar prevendo o *iter* procedimental das eleições previstas na **Lei nº 6.316/75** que cria o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia - COFFITO – ora impetrante.

2. A Constituição da República atribui competência ao STJ para processar e julgar originariamente o mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for *atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da Administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal* (art. 105, I, 'h').

3. A previsão constitucional resta plasmada no artigo 5º, inciso LXXI, *verbis*: 'Art. 5º, LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.'

4. A impossibilidade jurídica do pedido revela-se *prima facie* porquanto não incumbe ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego a atribuição que ora lhe é imputada pelo requerente.

5. É que a **Lei 6.316/75, que previa a referida atribuição, restou tacitamente revogada pelo Decreto-Lei 2.299/86**, que, em seu artigo 3º afastou a supervisão ministerial dantes incidente nos órgãos de classe ao revogar o art. 1º do Decreto-lei nº 968/69, que impunha à Administração Federal aquele controle finalístico, *verbis*: 'Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em particular o artigo 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969 e o parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.'

6. Deveras, o sistema jurídico quanto aos Conselhos Profissionais conjurou a premissa de tutela administrativa então admitida no Parágrafo Único, do art. 1º do Decreto-lei nº 968/69, que a previa nos seguintes termos: 'Art. 1º. As entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais que sejam mantidas com recursos próprios e não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da União, regular-se-ão pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter-geral, relativas à administração interna das autarquias federais.'

Parágrafo Único. As entidades de que trata este artigo estão sujeitas à supervisão ministerial prevista nos artigos 19 e 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 restrita à verificação da efetiva realização dos correspondentes objetivos legais de interesse público. (REVOGADO)'

7. Inexistência de omissão da autoridade coatora na edição das regras apontadas em face da competência dos conselhos para reger o seu pleito eleitoral.

8. O Plenário do STF no julgamento da **ADI 3026/DF em 08.06.2006** consagrou o entendimento de que a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (órgão de classe dos advogados) não se submete ao regime administrativo, porquanto não integraria a Administração Pública Indireta por ser entidade independente e autônoma. (Informativos 430 e 377).

[...]

10. Outrossim, o Colendo STF estendeu o entendimento consagrado na ADI 3026 aos demais Conselhos Profissionais, por **decisão liminar**, da lavra do MINISTRO EROS GRAU proferida no MS 26150/DF, assim concluindo:

‘9. Os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, assim como a OAB, não constituem autarquias, eis que diferentemente do que ocorre com elas, não estão sujeitos à tutela da Administração (Supervisão Ministerial). Os Conselhos sustentam-se por meio de contribuições cobradas de seus filiados, inclusive no que se refere ao pagamento de funcionários, não recebendo quaisquer repasses do Poder Público.

10. Note-se que o Tribunal já afastou a possibilidade de exercício da supervisão ministerial sobre as entidades fiscalizadoras de profissões liberais [RMS n. 20.976, Relator o Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 16.02.1990], evidenciando o não recebimento do parágrafo único do art. 1º do decreto-lei n. 968/69 [“As entidades de que trata este artigo estão sujeitas à supervisão ministerial prevista nos artigos 19 e 26 do Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, restrita à verificação da efetiva realização dos correspondentes objetivos legais de interesse público”].

11. O art. 1º do decreto-lei n. 968/69 determina que “as entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais, que sejam mantidas com recurso, próprios e não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da união regular-se-ão pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter geral, relativas à administração interna das autarquias federais” [Grifou-se]. Esse preceito foi recebido pela Constituição do Brasil. (MS 26150/DF - RELATOR MINISTRO EROS GRAU DJ: 29/09/06).

11. *In casu*, à luz do entendimento esposado pelo STF, o Ministro de Estado do Emprego e Trabalho não tem o dever de regulamentar as eleições noticiada, consoante o parecer do Ministério Público em convergência com a tese esposada no presente aresto.

12. Mandado de Injunção rejeitado.

34. Ressalto o seguinte trecho do Voto do então relator do mencionado MI 203/DF, Ministro Luiz Fux:

uma vez implicitamente revogada a lei que assegurava a regulamentação do procedimento eleitoral dos conselhos profissionais pelo ministro de estado, em razão da dita tutela administrativa, não há que se falar em qualquer omissão da autoridade coatora no que tange às regras apontadas por omissas, porquanto tal competência incumbiria àqueles órgãos, pessoas jurídicas de direito privado, regidos pelas regras privatísticas.

35. Parece-me, portanto, incontroverso, o fato de que a supervisão a que se submete o Sistema Coffito/Crefito, não alcança, de forma específica, a regulamentação de suas eleições, que deve estar submetida ao próprio Conselho Federal.

36. Aliás, ambos os embargantes informaram que o Coffito editou a Resolução COFFITO Nº 608, de 29/1/2025, disponível para consulta no sítio daquela entidade, que, dentre outros dispositivos, regulamentou a possibilidade de uma única reeleição para as eleições dos Crefitos e a inelegibilidade, para o cargo de Conselheiro Regional, de cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente ou Vice-Presidente do conselho regional, ou de quem os haja substituído dentro do período de um ano anterior ao pleito.

37. Portanto, feitas essas considerações, dou provimento parcial aos embargos do Crefito-11 para dar-lhes efeitos infringentes, tornando insubsistentes os subitens 9.2.1, 9.3 e 9.5 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário.

III – Dos Embargos de Declaração do Coffito

38. O Coffito se insurge contra os subitens 9.2.2.2 e 9.2.4 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, que tratam da gestão de imóveis e da criação de subsedes do Coffito.

39. No entender do embargante, ainda que a gestão anterior do Coffito tenha abandonado o imóvel localizado em São Paulo e que não tenha previsto destinação ou utilização do imóvel localizado no Edifício Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF, a manutenção desses imóveis como ativos do Conselho Federal seria ação legítima caso fosse justificada à luz dos princípios da eficiência, do interesse público e da função social da propriedade.

40. Penso que assiste razão ao embargante.

41. Ao mesmo tempo em que o art. 1º, § 2º da Lei 6.316/1975 define que o Coffito tem sede e foro no Distrito Federal, afirma que a entidade tem jurisdição em todo o país, de modo que, apresentadas as devidas justificativas, sobretudo demonstrado o interesse público, entendo que a criação de representações ou subsedes não é, presumidamente irregular.

42. Está assente na jurisprudência desta Corte, bem como do Supremo Tribunal Federal, a natureza peculiar dos Conselhos Profissionais, de modo que essas entidades gozam de maior autonomia administrativa e financeira, quando comparada a outras entidades que compõe a Administração Pública.

43. Ainda que a gestão desses imóveis tenha sido inadequada e eivada de vícios pela gestão anterior do Coffito, cuja apuração já foi determinada, entendo que a determinação para desfazimento da subsede em São Paulo e para alienação do imóvel localizado no Edifício Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, em Brasília, é uma medida extrema que vai de encontro à maior autonomia administrativa e financeira daquele conselho, adentrando, de forma indevida, na discricionariedade e conveniência quanto à manutenção de imóveis que atendam ao interesse público.

44. A venda do imóvel em Brasília/DF, tal como foi determinado, não necessariamente se afigura como a melhor destinação do bem. A manutenção de uma representação do Coffito em São Paulo, por sua vez, não viola, de forma presumida, o princípio da unicidade do sistema de fiscalização profissional. Com isso, não estou a dizer que a criação de subsedes de Conselhos Federais pode ser feita ao mero talante da Direção daquelas entidades. A criação de subsedes, bem como a aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis, deve atender às atividades finalísticas da entidade legalmente estabelecidas.

45. Portanto, dou provimento aos embargos do Coffito, com efeitos infringentes, para dar a seguinte redação aos subitens 9.2.2.2 e 9.4 do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário:

9.2.2.2. elabore e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, justificativa, à luz do interesse público, do princípio da eficiência administrativa, da função social da propriedade e de outros fundamentos que entender pertinentes, para a manutenção ou desfazimento da subsede de São Paulo/SP, bem como para a alienação ou manutenção do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF;

9.4. dar ciência ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, de que aquisição, manutenção ou alienação de imóveis, bem como a criação de subsedes ou representações do Conselho Federal nos estados da Federação deve atender ao interesse público, aos interesses profissionais, ao princípio da eficiência administrativa e a função social da propriedade, bem como respeitar as delimitações de competência e demais aspectos correlatos insculpidos nas normas de regência do Sistema Coffito/Crefito, sob pena de violar o princípio da unicidade do sistema de fiscalização profissional previsto no § 1º do art. 1º da Lei 6.316/1975.

Ante o exposto, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 25 de junho de 2025.

AROLDO CEDRAZ
Relator

GRUPO II – CLASSE I– Plenário

TC 022.919/2023-6 [Apenso: TC 037.574/2023-0]

Natureza: Embargos de Declaração (Solicitação do Congresso Nacional).

Órgãos/Entidades: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Ministério do Trabalho e Emprego.

Recorrentes: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (DF, GO).

Representação legal: Alexandre Amaral de Lima Leal (21.362/OAB-DF), Gian Lucca Matias (71.393/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Camilo Amin Jreige Neto (68.364/OAB-DF), representando Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (DF, GO).

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. IRREGULARIDADES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. AUSÊNCIA DE REGRAS QUANTO À IMPOSSIBILIDADE DE REELEIÇÕES ILIMITADAS. PATRIMONIALIZAÇÃO. IRREGULARIDADE EM DESPESAS COM AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS EM BRASÍLIA/DF E SÃO PAULO/SP. TRANSFERÊNCIA ILEGAL DAS ATIVIDADES DA SEDE PARA DOMICÍLIO DO PRESIDENTE EM CURITIBA/PR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA POR AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO. OMISSÕES, CONTRADIÇÕES E OBSCURIDADES EM RELAÇÃO À REGULAMENTAÇÃO DAS ELEIÇÕES DO SISTEMA COFFITO/CREFITO. PROVIMENTO PARCIAL. EFEITOS INFRINGENTES. INSUBSISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS. SUPOSTA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO EM RELAÇÃO A CRIAÇÃO DE SUBSEDES E GESTÃO DE IMÓVEIS. PROVIMENTO PARCIAL. EFEITOS INFRINGENTES. CIÊNCIA.

RELATÓRIO

Tratam os autos de Embargos de Declaração, em Solicitação do Congresso Nacional, opostos pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) e pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (Crefito-11) contra o Acórdão 638/2025-TCU-Plenário.

2. Após a realização de fiscalização solicitada pelo Congresso Nacional, esta Corte prolatou o Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, expedindo determinações e ciências afetas aos recorrentes, a saber:

“9.2.1. **determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego**, com fundamento no inciso II do art. 250 do RI/TCU, c/c os arts. 4º a 7º da Resolução 315/2020, que adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as **medidas necessárias para baixar as instruções reguladoras das eleições dos Conselhos**

Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, conforme exigido pelo § 3º do art. 2º da Lei 6.316/1975, obedecendo normas gerais e princípios do processo eleitoral tais como: prazos de desincompatibilização e vedação às reeleições ilimitadas, em observância aos princípios constitucionais democrático e republicano bem como da impessoalidade e moralidade na administração pública;

[...]

9.2.2. determinar ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com fundamento no inciso II do art. 250 do RI/TCU, c/c os arts. 4º a 7º da Resolução 315/2020, que:

[...]

9.2.2.2. elabore e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, **planos de ação para promover o desfazimento da subsede de São Paulo/SP, bem como a alienação do imóvel localizado no ed. Assis Chateaubriand, Setor de Rádio e TV Sul, Brasília/DF**, detalhando, por imóvel, as ações a serem tomadas, os responsáveis pelas ações e os prazos para implementação;

[...]

9.3. dar ciência ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e aos conselhos regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, de que não há fundamentação legal nem regulamentar expedida pelo Ministro do Trabalho para autorizar a reeleição ou recondução de membros dessas entidades, sendo os respectivos mandatos limitados a um período de 4 (quatro) anos, conforme disciplinado pelo legislador federal, nos termos do § 1º do art. 2º, c/c o art. 3º, todos da Lei nº 6.316/1975;

9.4. dar ciência ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, **de que a criação de subsede do Conselho Federal nos estados da Federação viola o princípio da unicidade do sistema de fiscalização profissional previsto no § 1º do art. 1º da Lei 6.316/1975**;

9.5. dar ciência à Casa Civil, com base no inciso I do art. 9º da Resolução 315/2020, sobre a **necessidade de regulamentação das eleições do Conselho Federal e dos conselhos regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, conforme disciplinado pelo legislador federal, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei 6.316/1975, considerando a determinação do item 9.2 do Acórdão 1.925/2019-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 1.237/2022-TCU-Plenário;”

3. Irresignados, os recorrentes apresentaram embargos de declaração.
4. O Coffito, em síntese, alega omissão e contradição em relação aos itens 9.2.2.2 e 9.2.4. do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário, que tratam da criação de subsedes do Coffito, que, no entender do embargante, seria ação legítima caso a gestão daqueles imóveis justifique a manutenção desses ativos e atenda aos princípios da eficiência, ao interesse público e à função social da propriedade (peça 356).
5. Ao final, solicita o Conselho Federal:

“Diante de todo o exposto, e à luz da demonstração do prévio atendimento de inúmeras das determinações constantes do Acórdão ora embargado, requer-se que V.Exas. dignem-se de receber os presentes embargos de declaração para sanar a contradição apontada e reconhecer que a gestão dos imóveis do COFFITO deve ser justificada e atender ao interesse público e aos princípios da eficiência da administração pública e da função social da propriedade, eliminando-se a expressa determinação de alienação, sob pena de prejuízo à Administração Pública.

Solicita-se, ainda, que, com fulcro no art. 287, §3º do Regimento Interno do TCU, estes embargos sejam recepcionados com efeito suspensivo, havendo a suspensão dos itens 9.2.2.2. e 9.4. do Acórdão 638/2025-TCU até ulterior análise desta Corte.”

6. O Crefito-11, por sua vez, defende, preliminarmente, a nulidade absoluta do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário pois, *“de forma indubitável, apresentou lesão a direito subjetivo, mormente trouxe consequências fáticas, jurídicas e legais na temática eleitoral a esta Autarquia sem que ela pudesse exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório.”*

7. Prossegue o Conselho Regional da 11ª Região com as seguintes alegações de mérito, que, em sua visão, justificam tornar insubsistentes os itens 9.2.1., 9.3. e 9.5. do acórdão recorrido, cujo fundamento se encontra detalhado no recurso à peça 360:

“(i) Inicialmente, será feita uma breve digressão sobre as legislações e entendimentos jurisprudenciais envolvendo os Conselhos Profissionais em sua generalidade, de modo a demonstrar que o entendimento adotado neste Acórdão embargado apresenta contradição com sua fundamentação, bem como está em contrariedade com o entendimento mais recente deste TCU, consagrado pelos Acórdãos 1237/2022 e 2603/2024, ambos proferidos na FOC envolvendo Conselhos Profissionais (Autos 036.608/2016-5);

(ii) Posteriormente, será destinado ponto para demonstrar que o Acórdão embargado foi omissor por: a. Não se manifestar sobre a Lei nº 9.098/95, que já revogou a competência ministerial hierárquica e revisora perante este Conselho; b. Não se manifestar sobre as peças 304 a 307 destes Autos, que já foram responsáveis por juntar a manifestação do Ministério do Trabalho e que, caso tivessem sido enfrentadas, teriam culminado em conclusões diversas da que adotadas pelo Acórdão embargado;

(iii) Por fim, será destinado tópico específico para mostrar que há obscuridade no raciocínio desenvolvido pela Corte de Contas, mormente não se atentou à decisão já transitada em julgado proferida pelo Superior Tribunal de Justiça que, no bojo do Mandado de Injunção n. 203/DF, Relatoria Ministro Luiz Fux, assentou a competência do COFFITO de regulamentar suas eleições, consolidando que a competência do Ministério do Trabalho já foi revogada e que se trata de pedido jurídico impossível solicitar a regulamentação ao Ministro de Trabalho de algo que não é de sua competência.”

8. Ao fim de sua argumentação o Conselho Regional da 11ª Região formula o seguinte pedido (peça 360. p. 35):

a) Preliminarmente, que estes embargos sejam recebidos em razão de este CREFITO-11 ser parte legítima a figurar no processo e que, nos termos do art. 287, §3º, RI/TCU, sejam recepcionados com efeito suspensivo, havendo, por conseguinte, a suspensão das deliberações constantes nos itens 9.2.1., 9.3. e 9.5., todos do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário;

b) Ainda preliminarmente, reconhecer a nulidade absoluta do Acórdão 638/2025 deste Tribunal de Contas da União, considerando que houve violação à ampla defesa e contraditório deste Conselho Regional, que teve direito subjetivo atingido em razão de determinações do Acórdão, muito embora jamais tenha sido citado para figurar como parte;

c) No mérito, apenas na remota hipótese de as preliminares não serem acatadas, haja o acolhimento destes embargos para tornar insubsistentes os itens nos itens 9.2.1., 9.3. e 9.5., todos do Acórdão 638/2025-TCU-Plenário;

d) Na remota hipótese de os pedidos elencados no item ‘c’ não sejam atendidos, que os itens 9.2.1., 9.3. e 9.5 do Acórdão 638/2025-TCU sejam considerados como cumpridos, considerando já ter o Ministério do Trabalho atendido a questão após decisão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do MI 203/DF.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.774/2025-GABPRES

Processo: 022.919/2023-6

Órgão/entidade: CD - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Destinatário: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 18/08/2025

(Assinado eletronicamente)

STEFANIA SERZANINK

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.